



GT 010. Antropologia da Economia

Arlei Sander Damo (UFRGS) - Coordenador/a
Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta
(Instituto de Estudos Sociais e Políticos) -
Coordenador/a, Gustavo Gomes Onto (UFRJ) -
Debatedor/a, Lúcia Helena Alves Müller (Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul) -
Debatedor/a

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos outros. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja a economia ou que caracterize algo prático, teoria ou econômico. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicas voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dívida, a política, as moralidades e assim por diante.

Serviços socioambientais e modos de vida tradicionais: reflexões sobre valor e valoração a partir do extrativismo na Terra do Meio (PA)

Autoria: Roberto Sanches Rezende

Desde a década de 1990, a avaliação dos serviços ecossistêmicos e ambientais tem sido tratada por economistas como alternativa para a regulação do clima e a manutenção e promoção da diversidade ecológica do planeta (Motta, 1998), resultando na criação de mecanismos e programas para transacionar e remunerar serviços ambientais, como o REDD, o Bolsa Verde, o Produtor de Águas e o Bolsa Floresta. Os pagamentos por serviços ambientais (PSA) representam formas econômicas de incentivar e promover ações humanas que têm impacto positivo na reprodução e manutenção do funcionamento dos ecossistemas (Wunder, 2005). Do ponto de vista da economia, a criação de tais mecanismos depende da avaliação e valoração de elementos da natureza em termos monetários, de modo que promova a escolha racional dos agentes econômicos por atividades que incrementam os serviços ecossistêmicos. Em relação às experiências de pagamentos por serviços ambientais com povos tradicionais, elas têm recebido críticas diversas, seja por focarem em mecanismos binários de controle da paisagem, por se assemelharem mais a programas de transferência de renda, ou por violarem direitos humanos e restringirem modos de vida tradicionais (Eloy, Coudel e Toni, 2013; Faustino e Furtado, 2015). O work aqui apresentado trata da elaboração em progresso de um sistema de pagamentos por serviços socioambientais nas unidades de conservação da Terra do Meio (Altamira, PA). Um dos princípios orientadores para a construção desse sistema é que ele respeite os regimes de propriedade e justiça locais. Outro é que evidencie o papel das atividades humanas e do extrativismo na reprodução da floresta e seus ciclos ecológicos. Esses dois princípios implicam em avaliar aspectos não-econômicos dos modos de vida tradicionais, acentuando a interdependência entre processos num contexto em que terra e work não passaram pela mercantilização moderna (Polanyi, 2013). Demonstrar os ganhos



ecológicos do extrativismo e estruturar um sistema de remuneração dos serviços prestados por essas atividades também implica na ressignificação de conceitos econômicos como o de adicionalidade e condicionalidade, utilizados nos sistemas convencionais de pagamentos por serviços ambientais, bem como na abordagem da questão dos direitos de propriedade sobre os serviços prestados em áreas protegidas. Como pano de fundo dessa discussão está o debate antropológico sobre valor e valoração, o que implica colocar em perspectiva as formas econômicas locais e as globais, nesse caso tomando a narrativa econômica neoclássica que fundamenta a valoração como uma forma particular de pensar o valor da sociobiodiversidade (Mirowski, 1984; Hann e Hart, 2011; Graeber, 2001, 2006; Munn, 1992).



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**